

Não se perde o que não se tem

A questão da votação da CPMF, com o Presidente da República alegando solenemente que o Tesouro não pode perder R\$40 bilhões é um dos mais insólitos episódios, e Deus queira que não seja igualmente desastroso, da nossa história republicana.

Ora, esses lamentados R\$40 bilhões simplesmente não existem. Não deviam ser considerados nem mesmo como presunção, pois se referem, como diz o nome, a uma “contribuição provisória” e que simplesmente deixará de existir na data prevista na Constituição, 31 de dezembro de 2007. Em 10 anos já rendeu R\$209,4 bilhões, cumpriu seus objetivos. Hoje, as circunstâncias são outras. Sem falar de que há excesso de arrecadação federal – muito dinheiro em caixa – e que as finanças da República nem chegarão a pestanejar se deixa de entrar esse dinheiro, pois a arrecadação de outros impostos os compensam fartamente.

Estou fazendo essas descobertas enquanto me preparo para produzir meu parecer sobre a prorrogação da CPMF, a mais importante decisão do Senado neste final de 2007, na Comissão de Constituição e Justiça. Disposta a honrar essa incumbência estou ouvindo dia e noite economistas, financistas, tributaristas, ministros. Mas nada me impressionou mais do que verificar uma confissão formal do próprio Governo, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em cujo artigo 100 está exposto, um caso típico de caminho das pedras da anedota, onde há dinheiro novo em quantidades superiores à própria arrecadação do CPMF para pagar a Bolsa Família, sustentar a saúde e até o PAC.

Tenho sido implacável com os especialistas a quem consulto. Aproveitando, reclamando o benefício da minha condição de leiga, faço até as perguntas mais elementares, para que, na qualidade de representante do povo, meu julgamento político seja conseqüente. Não sou técnica, seria ridículo se me improvisasse em tão pouco tempo. Por isso peço aos consultores que me expliquem causas e efeitos, examinem as hipóteses possíveis, e me comporto – disse-me um deles que lhes aplico método socrático de questionamento, fiquei orgulhosíssima! – como uma inquisidora atenta e responsável. A essa altura, já estou certa de que terei condições de concluir objetivamente meu parecer, recomendando aos meus colegas senadores que derrubem a CPMF. Conscienciosamente.

Minha exposição terá três tempos bem definidos. Não vou antecipá-los agora, mas verifico que estão na rua, bem identificados pelos brasileiros. No fim de semana, estava nos jornais uma entrevista da atriz Fernanda Montenegro, com sua dignidade austera de cidadã que tantos nos orgulha, dizendo meio a uma entrevista sobre sua próxima peça (quando viverá Simone de Beauvoir, ao lado de Sérgio Brito, que fará Sartre) que 30 % de tudo quanto ganha com seu trabalho vai para o governo em forma de impostos. O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário diz precisamente que são 36% do PIB, equivalente a R\$907, 3 bilhões. Trocando em miúdos: os brasileiros, em 2007, trabalharão

quase cinco meses para pagamento de impostos. Pagamos duas vezes mais que o México, Coréia do Sul e Chile – nações comparáveis ao nosso estágio de desenvolvimento – enquanto nos aproximamos da média de 38% dos países industrializados. Ou seja, ganhamos como pobres, pagamos como ricos. Enquanto isso – pretendo começar por aí a segunda parte do relatório – mostrarei que o Governo esbanja o dinheiro que arrecada, sem fazer a menor economia, com 36 ministérios, 115 empresas estatais e 24 mil cargos de confiança dos quais 18 mil “companheiros do PT” sem a devida qualificação técnica e que recolhem uma porcentagem (no caixa do Tesouro) para o partido. Por aí, estou firmemente convencida de duas coisas: basta de tantos impostos e é preciso reorganizar e racionalizar a cobrança dos que existem para que custem menos aos pobres que aos ricos (ao contrário da perversão atual), revertendo a condição de 48% de todos os tributos serem incidentes sobre o consumo, e principalmente não onerem tanto a produção, desestimulando a criação de empregos. Noutras palavras, espero oferecer argumentos para que se faça urgentemente uma reforma tributária.

Tenho muito orgulho dessa grande tarefa que o Senado me confia já no primeiro ano de mandato como representante do Tocantins. Vou honrá-la.

KÁTIA ABREU, 45 anos, é senadora do Estado do Tocantins, eleita pelo Democratas. É formada em Psicologia na Universidade Católica de Goiás. Como suplente, assumiu uma vaga na Câmara Federal em 2000 e 2001; foi reeleita em 2002 com uma votação histórica no Estado (76 mil votos). Presidiu o Sindicato Rural de Gurupi e posteriormente a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins por cinco mandatos consecutivos. Atualmente é vice-presidente de Secretaria da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e vice-presidente nacional de Estados do Democratas.